

# Cabral diz que o anteprojeto é inaproveitável

E promete um texto enxuto para agosto, depois da primeira discussão e emendas de plenário

## Mesa velha, Carta nova

Uma mesa antiga, peça do Museu Histórico Nacional, na qual foi promulgada a Constituição de 1823, será trazida a Brasília para expor, no Salão Negro do Congresso, a nova Carta Magna brasileira, possivelmente a partir do final de novembro.

Os entendimentos foram feitos pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que defende a preservação dos valores históricos nacionais. Segundo revelou, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, gostou da idéia.

LEONARDO MOTA

## Pacto para salvar

Amanhã, quando receber o senador Marco Maciel para o café da manhã, o ministro Aureliano Chaves estará oficialmente conhecendo o teor das últimas conversações do presidente nacional do PFL com Luis Ignácio Lula da Silva e Leonel Brizola, preparatórias de um possível pacto político que no entender do chefe do Gabinete Civil é no momento mais viável que o pacto social proposto pelo presidente Sarney.

O senador Maciel terá colocado em seus entendimentos com os presidentes do PT e PDT temas mais profundos de conjuntura, para escapar das conversas triviais que não levam a nada. Quem sabe, algum dos líderes tenha sugerido até mesmo que esse pacto possa desaguar numa reforma ampla do Governo, com mudanças de ministros a fim de que sejam incorporados ao regime da transição as forças que participaram das campanhas de diretas já e da eleição de Tancredo Neves. Como se deve lembrar, nos comícios estavam também Lula e Brizola.

Foi o então ministro Marco Maciel, por acaso, quem certa vez propôs a renúncia coletiva do ministério para facilitar o presidente Sarney a reorganização do seu Governo, alterando sua correlação de forças de modo a assimilar as novas realidades ditadas pelas eleições de novembro de 86. Maciel não foi ouvido e tudo deu no que deu. Políticos do PFL acreditam agora que ele possa estar tecendo suas articulações com base numa perspectiva mais ousada, envolvendo o adensamento do Governo com a atração das camadas políticas trabalhistas.

Não vai ser fácil, se for verdade. O recrudescimento das diretas já é um fato que promete trazer para Brasília uma ruidosa manifestação de 100 mil pessoas. De outro lado, por onde passam o presidente Sarney e os seus ministros, por todo esse País, existe o risco de manifestações contrárias, vaia e tumultos. A hora não é para impacto provisório mas sim para um definitivo entendimento das forças políticas. Dessa certeza já participam Maciel, Lula, Brizola e Ulysses. Amanhã, também Aureliano.

### DIAGNÓSTICOS PARA RICHÁ

Interpretação dada pelo senador Marco Maciel à proposta do senador José Richa de parar a Constituinte para um amplo reexame:

— O diagnóstico está certo, mas a terapêutica está errada.

### WALDIR DESMENTE DESGASTES

O 2 de julho, data da independência da Bahia, serviu de medidor da popularidade do governador Waldir Pires. Ele próprio tinha dúvidas de que depois de 100 dias de pires na mão, literalmente, pudesse receber do povo alguma manifestação de agrado. Mas recebeu, apesar da dívida pública confessada de 47,5 bilhões de cruzados e das dificuldades que vem enfrentando para recuperar escolas, hospitais e o patrimônio público inteiramente dilapidado. Durante os festejos, pelas ruas centrais de Salvador, e no desfile entre o Largo da Lapinha e Praça da Sé e de lá até o Campo Grande, Waldir Pires foi calorosamente aplaudido quando discutou contra a divisão da Bahia, proposta na Constituinte. O povo gritou o seu nome, cantou a música de sua campanha política e o emocionou com o refrão: "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos ver Waldir presidente do Brasil".

ADAUTO CRUZ



Arinos e Bernardo Cabral: um fim de semana discutindo um anteprojeto de Constituição inaproveitável

## Um verdadeiro "samba do crioulo doido"

LUIZ ADOLFO PINHEIRO  
Repórter Especial

Alguns dos 501 artigos do anteprojeto da nova Constituição são incompreensíveis, enquanto outros repetem o óbvio. Muitos são desnecessários e diversos simplesmente inaplicáveis. Esta é a conclusão geral após a leitura do documento traduzido pelo relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte.

O anteprojeto, que está em fase de reestudo pelo relator Bernardo Cabral, é também uma colcha de retalhos de dispositivos repetitivos ou conflitantes, feitos apenas para agradar ao leitor, porque prometem uma utopia socialista-liberal que nenhum país do mundo já conseguiu atingir.

A seguir, uma apreciação bem resumida de alguns dos numerosos pontos mercedores de críticas no anteprojeto e que receberam 5.607 emendas, sobre as quais o relator Bernardo Cabral terá mais quatro dias para opinar:

Art. 3º — "O Estado é o instrumento e a mediação da soberania do povo". Não está errado, mas se sair do texto não faz falta.

Art. 6º — O item IV é ininteligível: "Favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdades entre todos, critério em que se legitima a intervenção equalizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas".

Art. 9º — É ingênuo, quando diz que o Brasil "não permitirá que conflitos internacionais em que não é parte atinjam seu ter-

ritório". Se estivesse em vigor na Segunda Guerra, o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos estrangeiros teria sido considerado inconstitucional. O que não teria impedido seu aprofundamento.

Art. 11º — Pode sair inteiro da Constituição que não faz falta, pois é mais um programa de Governo a ser seguido pelo Itamarati a partir de hoje, se quiser.

Art. 13º — O item "b" manda o Estado sustentar o cidadão. O item "c" manda o Orçamento da União consignar os recursos para isso. O item "d", desconflita de que não haverá dinheiro, manda a União concentrar recursos para extinguir a pobreza absoluta.

Item III: a letra "e" diz que homem e mulher são iguais em direitos e obrigações, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento". Essa exclusão é feita pela própria natureza. Não precisa constar do texto constitucional, para não cair no ridículo.

Item IV a XV — Pode ser resumido em um ou dois artigos, remetendo o restante à lei ordinária.

Art. 14 — Trata dos direitos sociais e transformar o Brasil numa utopia socialista que não existe em nenhum país do mundo. Em nenhum momento se diz, por conveniência, que tudo isso será pago pelo contribuinte, sob a forma de impostos de renda, IPI e outros tributos.

Art. 26 — Transforma o plebiscito, de fato esporádico, em norma de governo. Vai haver plebiscito para tudo, ou seja, será quase impossível realizar a reforma agrária ou as obras de utilidade pública ou de interesse social, pois nenhum particular prejudicado vai dizer "sim" num plebiscito.

Art. 98 — No saudável propósito de fortalecer os poderes do Congresso, o item XIII, entretanto, exorbita, ao lhe dar a atribuição de dispor sobre o sistema nacional de radiodifusão, telecomunicação e comunicação de massa. O primeiro poderá ficar paralisado, na prática, enquanto o último, de natureza privada, independente de autorização do poder público — seja Legislativo, seja Executivo.

Seções III a VIII — Tratam da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, descendo a minúcia de regimentos internos. Estas seis seções poderiam ser bem resumidas, "enxugando" mais a Constituição.

Art. 155 a 165 — Trata do Presidente da República, transformando-o em chefe de Estado (e não mais de governo), embora mantendo sua eleição direta. E a mudança de regime para o parlamentarismo, matéria discutível, tanto por sua aplicação prática no Brasil quanto pela oportunidade de ser adotado de uma hora para hora, no meio do mandato de um presidente da República.

Parlamentarismo — Do art. 168 ao 189 é disciplinado o regime parlamentarista misto, que divide tarefas entre o atual presidente e o futuro primeiro-ministro. Tem toda a mecânica de um acordo de bastidores, para ajustar-se a conveniências pessoais e políticas no momento do que realmente a estrutura de um regime que se pretenderia para sempre.

Capítulo IV — Trata do Poder Judiciário, modificando algumas atribuições do Supremo Tribunal Federal e criando o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 306 — Trata da or-

dem econômica, "fundada na livre iniciativa", como diz. E uma defesa teórica da livre iniciativa econômica, em contradição com os princípios socializantes e estatizantes que se encontram fortemente estabelecidos em outros pontos do anteprojeto, como nos primeiros artigos, anteriormente comentados.

Título IX — Trata da ordem social, descendo a minúcia sobre seguridade social, saúde, previdência social, da assistência social, da educação e cultura, da ciência e tecnologia, da comunicação, da família, do menor e do idoso. Em lugar de fazer os enunciados gerais, que devem ser objeto de leis complementares ou ordinárias, o anteprojeto cria uma salada mista de direitos e deveres que faria inveja a suíços, suecos, japoneses e outros povos desenvolvidos e credores do Brasil. O mínimo que se pode dizer é que é impraticável.

Disposições Transitórias — Do art. 437 até a 501, o último do anteprojeto, estão relacionadas disposições capazes de criar sérias crises — como a revisão total dos atos baixados pelos governos militares posteriores a 64 — até a mudança arbitrária da fisionomia federativa do País, com a criação de cinco novos Estados.

Se examinadas detalhadamente, as disposições transitórias perdem esse caráter e passam a ser uma verdadeira Constituição paralela, pois alteram profundamente diversas realidades políticas, sociais e econômicas do País de uma hora para outra, sem perguntar antes se as instituições nacionais estão preparadas e capacitadas para suportar o verdadeiro terremoto representado por essas transformações.

Art. 306 — Trata da or-

Somente em agosto, depois que o anteprojeto de Constituição for discutido e receber emendas de plenário, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, vai apresentar um projeto de Constituição enxuto, com cerca de 200 artigos, capaz de agradar amplos setores da sociedade. A revelação é do próprio Cabral, explicando que o documento originário das comissões temáticas é praticamente inaproveitável. "É impossível fazer um texto enxuto, coerente e em linguagem constitucional a partir do texto em discussão", disse ele.

Bernardo Cabral disse que esse novo texto, já expurgado de disposições próprias da legislação complementar e ordinária e dos códigos contidas no anteprojeto, não pode ser feito agora, na medida em que o regimento o impede de acolher emendas que visem a modificar o mérito dos artigos constantes do documento em discussão. Para isso, terá de esgotar a atual fase de discussões na Comissão de Sistematização.

"Ai sim, poderei ser cobrado pela forma e pelo conteúdo do anteprojeto da nova Carta" — disse o relator, constringido pelas críticas que vem recebendo e preocupado em não ferir susceptibilidades dos constituintes que desejam incluir na nova Carta dispositivos a ela tecnicamente estranhos. Por isso, ao divulgar seu projeto em agosto, dará as linhas para a elaboração da legislação complementar e ordinária com base no que for retirado do texto.

Até lá, entende que deve examinar as tendências.

conversar, buscar meios de produzir algo capaz de não frustrar as expectativas populares e mesmo políticas em jogo nesse processo constituinte. Sábado, 11 de julho, ele divulgará um texto, ainda calcado no que saiu das comissões temáticas, com as respectivas emendas acatadas nessa primeira fase da sistematização. Será uma oportunidade para abrir os debates, mas está certo de que não dará para fazer, ainda, nada capaz de agradar.

Mesmo assim, não se sente aborrecido com a missão. Nem teme as críticas, ou pressões, achando que sua experiência acabará contribuindo para que confiem no resultado do que acabará produzindo. Aos 55 anos, Cabral repudia também aqueles que pretendem mexer no regimento da Constituinte, de forma a validar seus interesses imediatos. Na sua opinião, os deputados e senadores têm o dever de lutar para evitar as interferências externas na Assembleia.

A partir de segunda-feira, quando receberá do presidente da Sistematização as emendas recebidas por ele — as que entrarem no mérito serão devolvidas ao autor — começará a examinar o conteúdo a fim de melhorar um pouco o anteprojeto. Mas sabe de antemão que o resultado será fraco.

Vítima de um início de estafa no meio da semana, Bernardo Cabral foi surpreendido ontem com uma baixa na sua equipe de colaboradores. O deputado Nelson Jobim (RS) ficou acamado e ele só trabalhou com Adolfo de Oliveira e o senador José Ignácio.

## Para Arinos, só Deus

"Deus" Com essa resposta, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, indicou ontem quem poderia oferecer um texto coerente e capaz de permitir um bom trabalho do relator Bernardo Cabral. O anteprojeto, revelou, tem lhe produzido muita angústia, pois está certo de que com o que está não vai dar para "fazer nada ao menos razoável".

O senador disse que trata-se de "um texto estranho", sem técnica constitucional e, por isso mesmo, não sabe ainda o que fazer do anteprojeto. A culpa, aponta, é que essa foi a primeira vez que se faz uma Constituição sem tomar como ponto de partida um texto básico.

Entretanto, as dificuldades não lhe tiraram o bom humor. Aos 81 anos, passando em Brasília até mais de um mês sem ir ao Rio, revelou que a situação inusitada que está vivendo lhe resolveu um problema físico: "Pelo menos, não tenho insônia". E que trabalha muito com os constituintes, recebe gente de todas as

matizes no gabinete que lhe oferece sugestões e ainda trata de questões políticas.

Valendo-se do bom humor — "Agora estou contente, porque posso trabalhar" — Arinos ironiza as declarações do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que reagiu à possibilidade de não serem acatadas as emendas de mérito dizendo que o senador não tem idade para dar o golpe. Arinos respondeu apenas que o deputado "é moco demais para tomar responsabilidade de uma decisão tão séria".

Arinos também disse que não toma como desafio as palavras do líder governista, querendo que ele coloque em votação as emendas de mérito. "Desafio não existe em trabalho parlamentar, é coisa para esportistas. Aqui só propor, debater, discutir, negociar", diz, recomendando a Constituinte não transgrida as leis. Ele termina até amanhã a seleção das emendas — por mérito e forma — remetendo em seguida ao relator, para que Bernardo Cabral conclua o exame do conteúdo e faça seu parecer.

## SEGURANÇA NA CONSTITUINTE

# Congresso terá até detector de armas

No próximo dia 15, a Constituinte ingressará na fase de discussão em plenário, quando a atuação dos grupos de pressão deverá se intensificar. A partir da expectativa de que as manifestações em defesa dos mais conflitantes interesses crescerão à medida em que se aproxima a votação do anteprojeto de Constituição, a Mesa deve baixar amanhã ato disciplinando o acesso às dependências do Congresso. A circulação nas áreas adjacentes ao plenário será permitida apenas aos constituintes, jornalistas e funcionários.

As galerias se constituem em um dos principais motivos de preocupação do vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que exerce as funções de corredor da ordem interna, na supervisão da segurança e no controle do acesso às galerias. Ele informou que deverá ser provida uma pequena reforma criando espaços para autoridades e convidados, imprensa, e público em geral. Assim, das 935 poltronas, um terço deverá ser destinado a populares, que receberão senhas distribuídas pelas lideranças partidárias, e entrarão pela porta junto à rampa. A quantidade de senhas que cada partido receberá deverá ser proporcional ao tamanho de sua bancada, mas estuda-se a possibilidade de ajustes para que os pequenos partidos tenham direito a um pouco mais do que lhes conferiria o número de seus represen-

tantes. "Mandei preparar cartazes em letras garrafais com o teor do artigo 40 do Regimento Interno, para afixá-los em vários locais" — disse Arbage. O dispositivo a que se referiu permite a qualquer pessoa assistir às sessões, das galerias, "desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedada manifestação de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele". E é o próprio Regimento Interno que determina a afixação de cópia do artigo para pleno conhecimento de todos os que tiverem acesso às galerias.

Arbage considera que "o grande risco é o uso de armas" — o que fica afastado com a instalação, nos pró-

ximos dias, do detector de metais junto às galerias da Câmara. Na entrada das galerias do Senado, há uma porta giratória, também detectora de metais, que aciona uma trava quando uma pessoa entra com uma arma. O Senado dispõe ainda de um detector de metais manual, adequado para revistar mulheres, segundo o chefe-geral da segurança, Antônio Ernesto Pinovsky, porque dispara até mesmo com chavetas e pequenos objetos guardados pelos homens nos bolsos das calças.

O corregedor diz que a sua expectativa é a de que a platéia seja educada, "porque o interesse de fazer a Constituição é de todos". Mesmo assim, está

apreensivo com a votação do anteprojeto.

— Ai é final de partida, e o time que está perdendo vai querer mudar as regras do jogo.

O ato da Mesa deverá proibir o acesso de populares aos Salões Verde e Azul, próximos aos plenários da Câmara e do Senado, mas deverá liberar o Salão Negro para grupos e entidades realizarem suas manifestações. A proposta de Arbage é condicionar a liberação deste Salão a um pedido das lideranças partidárias com a antecedência mínima de cinco dias.

Nas demais dependências do Congresso, qualquer pessoa poderá circular, mas será revista e terá eventuais pacotes que

portar guardados pelos agentes de segurança. Mas Arbage pretende fechar alguns dos 14 acessos ao prédio.

O diretor da segurança da Câmara, deputado Fernando Paulucci, calcula que serão necessários 120 agentes — das duas Casas — durante os dias de maior movimento, nas imediações do plenário. Sempre que houver necessidade, segundo ele, será alterada a escala de serviço. Paulucci espera a colaboração das lideranças dos grupos de pressão.

Paulucci diz também que o efetivo é muito reduzido, e cita um estudo segundo o qual cada agente deve cuidar de 16 a 20 metros quadrados. Na Câmara, de acordo com o diretor, há um homem "para cada dois mil e poucos metros quadrados".

E um homem praticamente daqui até à rodoviária — afirma Arbage. Chegou a pensar em contratar mais 200 agentes. Mas disse que agora está examinando a possibilidade de utilizar apenas o efetivo existente — quatrocentos homens, da Câmara e do Senado.

No gramado em frente ao Congresso, Paulucci manterá alguns agentes, para estar informado sobre qualquer anormalidade. Tanto Paulucci quanto Pinovsky contam com a colaboração da Secretaria de Segurança Pública, que, segundo eles, sempre mantém patrulhinhas trafegando nas pistas que ladeiam o prédio do Congresso, durante dias de importantes votações. Se houver algum "movimento de massa", segundo Paulucci, será necessário "um policiamento ostensivo, de choque".

## 600 homens vão vigiar comício

Preocupados em impedir que o comício das diretas da próxima terça-feira seja utilizado para tumultuar o processo político, através de incidentes provocados, seus organizadores estão preparando um esquema de segurança próprio, com quase 600 homens, para impedir agressões e atos que provoquem a repressão policial.

A segurança do Senado, por determinação do presidente Humberto Lucena (PMDB-PB), estará de prontidão, mas apesar do comício ser no gramado fronteiro ao prédio do Congresso Nacional, não terá qualquer participação. Somente agirá se, por qualquer motivo, houver invasão do prédio do Congresso.

Amãnhã, à tarde, haverá uma reunião entre os responsáveis pelo Serviço de Segurança do Senado, Feliz Orro e Pinkovski, com representantes dos organizadores do comício. A tendência é permitir que transitem pelo prédio do Congresso apenas os convidados especiais, como os cantores Xitãozinho e Xororó, os oradores e, claro, os parlamentares. Calcula-se que esse total chegará a 80 pessoas.

Há um grande empenho dos organizadores em evitar que o povo chegue ao gramado do Congresso em passeatas ou grandes grupos, como pretendem os líderes dos bancários. O receio é que essas passatas sejam reprimidas

sob a alegação de que "estão perturbando a Praça dos Três Poderes". Para evitar qualquer incidente há até uma recomendação para que as pessoas não cheguem passando pelo Planalto. Qualquer incidente poderá acabar tornando incontrolável o comício.

Os organizadores estão prevenido que comparecerão cerca de dez mil pessoas, mas o número está sendo considerado exagerado pelos órgãos de segurança. O palanque será armado próximo da rampa do Congresso, entre as bandeiras da Câmara e do Senado, que já deverão estar arriadas. O sistema de som será montado com apoio do Senado, em cujo salão nobre poderão ficar os convidados especiais.